

Compras públicas de alimentos de agricultores familiares: revisão de literatura e melhores práticas

Ana Miranda, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

Apesar do aumento expressivo nas iniciativas de compras públicas de alimentos, estudos sobre os desafios remanescentes e as lições aprendidas ainda são limitados. A revisão de literatura realizada por Miranda (2018) pretendeu abordar algumas falhas nesse sentido, buscando enumerar as melhores práticas para se promover a participação de agricultores familiares nas compras públicas e fomentar sinergias com resultados positivos na área de segurança alimentar e nutricional. Este *One Pager* apresenta as principais práticas identificadas pela autora.

Criando estruturas específicas para compras públicas

1. Esquemas de tratamento preferencial. Os agricultores familiares devem obter vantagens competitivas por meio de esquemas de tratamento preferencial. Em razão das restrições de gênero em vários países, as mulheres deveriam receber tratamentos preferenciais adicionais. Tais tratamentos somente serão eficazes se os governos forem capazes de os monitorar e fazer cumprir as regras vigentes.

2. Critérios de elegibilidade. Os esquemas de tratamento preferencial devem possuir critérios claros de elegibilidade, bem como processos de certificação. Essas regras dirimem as incertezas e as ambiguidades acerca das decisões de compra. Os governos também devem decidir se desejam uma focalização mais restrita em subgrupos específicos de produtores. Iniciativas de compras públicas de alimentos deveriam sempre tentar focalizar, especificamente, as mulheres.

3. Limites de compras. Em processos não competitivos, as compras públicas de alimentos devem estabelecer limites para impedir que os governos se tornem os únicos compradores, criar incentivos para os produtores encontrarem outros mercados e garantir que os benefícios do acesso aos mercados sejam distribuídos pelo maior número possível de agricultores familiares.

4. Mecanismos de preços. A compra institucional de alimentos deve usar os preços de mercado como parâmetro, pois essa prática promove a responsabilidade fiscal e diminui os riscos de distorções de mercado. Os governos devem estabelecer mecanismos de preço eficientes para identificar os preços de mercado e disponibilizar os preços de compra institucional para os fornecedores rapidamente.

5. Exigências cadastrais. Essas exigências representam um custo de transação crucial nas compras públicas, uma vez que envolvem processos burocráticos e taxas adicionais. De preferência, deve-se exigir que os agricultores familiares e suas organizações forneçam apenas um tipo de registro, que seja menos custoso.

6. Garantias de proposta e de desempenho. Apesar dessas garantias fiscais serem boas práticas nas compras públicas, também podem apresentar desafios consideráveis aos agricultores familiares, em razão de sua liquidez limitada e acesso a serviços financeiros. Deve-se diminuir ou mesmo eliminar algumas exigências. Garantias de proposta podem ser substituídas por uma declaração de proposta.

7. Padrões de inocuidade e qualidade alimentar. Os governos devem sempre garantir a qualidade e a inocuidade em suas compras públicas. Embora esses padrões não devam se tornar menos rigorosos, as entidades compradoras devem procurar relaxar exigências que não acarretam redução na qualidade e inocuidade dos alimentos. Essas exigências também devem ser simplificadas ao máximo sem se comprometer a inocuidade.

8. Especificações de compras públicas. Pode ser difícil para agricultores familiares atenderem a exigências alimentares muito específicas. As especificações devem se concentrar em grupos alimentares, conteúdo de nutrientes e requisitos nutricionais, ao invés de variedades específicas das lavouras, tais como tamanho, cor e aparência. As entidades compradoras devem prever a compra de variantes que atendam às exigências nutricionais e que respeitem a sazonalidade.



9. Pagamentos em dia. Atrasos nos pagamentos das compras públicas são comuns no mundo todo. A melhor prática reconhecida é a de pagar os fornecedores em até 30 dias corridos. Esse cronograma pode ser longo demais para agricultores familiares, especialmente para aqueles produtores mais vulneráveis. Idealmente, os agricultores deveriam receber o pagamento em até duas semanas.

10. Acesso a informação. Obter informações sobre as compras públicas é também um importante custo de transação. As chamadas para compras públicas devem ser divulgadas por meio de canais acessíveis por agricultores e devem incluir toda as informações necessárias relativas à participação. Tais informações devem ser fornecidas antecipadamente, para que os produtores interessados possam tomar as providências cabíveis para sua participação nos processos de compras.

11. Contratos futuros. Contratos futuros oferecem muitos benefícios a agricultores familiares e entidades compradoras, reduzindo a incerteza. Entretanto, também representam um risco comercial. Os contratos devem estabelecer mecanismos de preço eficazes e permitir a renegociação antes da entrega.

12. Loteamento de contratos. A dimensão de contratos de compra para alimentos pode criar obstáculos para agricultores familiares, uma vez que dispõem de capacidade limitada para fornecer grandes quantidades. Modelos de compra mais descentralizados poderiam resultar em contratos menores. Os governos devem sempre buscar subdividir os contratos em lotes menores, para garantir que os pequenos produtores possam cumprir a demanda.

Coordenação intersetorial

13. Cestas básicas. Devem ser fundamentadas na produção da agricultura familiar. Os governos devem desenvolver diretrizes específicas para incorporar cultivares de agricultores familiares, incluindo alimentos produzidos por mulheres. O projeto das cestas básicas também deve incluir a colaboração entre partes interessadas das áreas de nutrição, agricultura e compras públicas.

14. Desenvolvimento de capacidades. Governos e seus parceiros devem fornecer suporte aos produtores para que eles possam participar das compras públicas de alimentos. Os países devem aproveitar seus programas agrícolas já existentes, visto que isto simplifica a implementação, reduz os custos e fomenta sinergias com esforços de desenvolvimento rural. Iniciativas de compras públicas de alimentos devem ser integradas a intervenções para o desenvolvimento agrícola por meio de mecanismos de focalização coordenados.

15. Arranjos multissetoriais. Iniciativas de compras públicas de alimentos têm caráter multidimensional e, portanto, exigem ações concertadas entre diferentes setores. Os governos devem estabelecer um arranjo multissetorial específico, com mandatos e poderes decisórios claros. Tal arranjo deve incluir todos os atores e os setores interessados nas compras públicas de alimentos, incluindo comunidades e agricultores familiares.

Referência:

MIRANDA, Ana. "Public food procurement from smallholder farmers: literature review and best practices". *IPC-IG Working Paper* n. 176. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), 2018.